



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 56/2018

DATA: 23/07/2018

EMENTA: Reconhece de Utilidade Pública a Associação Cultural Art'Encantos

Autor: Vereador Issur Koch

RELATÓRIO:

O Vereador Issur Koch apresentou à Câmara Municipal, em 5 de julho de 2018, o Projeto de Lei nº 56/2018, o qual "*Reconhece de Utilidade Pública a Associação Cultural Art'Encantos*". O Projeto, lido no expediente de 09 de julho de 2018, conforme a Ata nº 43/2018, teve parecer pela juridicidade da proposição exarado pela Procuradoria desta Casa Legislativa.

VOTO DO RELATOR:

Compete a esta Comissão analisar as proposições legislativas sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, bem como emitir parecer especializado, nos termos dos arts. 42 e 69, do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores.

Verifica-se adequação legal na propositura, impondo-se o prosseguimento nos termos do parecer exarado por nossa louvável Procuradoria.

Como se denota do regramento inerente à matéria, notadamente o disposto do art. 1º, da Lei Municipal 1439/2006, o reconhecimento denota a comprovação dos seguintes requisitos:

Art. 1º Entidade social ou comunitária de direito privado somente poderá ser reconhecida de Utilidade Pública quando:

I - tenha Estatuto Social e Ata de posse da atual Diretoria, registrados em Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas desta Comarca;

II - comprove estar em plena atividade;

III - comprove estar filiada à entidade representativa de categoria a qual pertença;

IV - apresente o CNPJ atualizado e comprovante de entrega da última



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declaração do Imposto de Renda quando em atividade há mais de um ano;

V - tenha como sede o imóvel de propriedade da entidade ou contrato de locação ou cedência em favor da mesma devidamente registrado em Cartório;

VI - preste serviços de utilidade à Comunidade;


VII - sejam gratuitos os cargos de Diretoria.

§ 1º O comprovante, previsto no inciso II deste artigo, poderá ser fornecido por Órgão Público Municipal, Estadual ou Federal, Conselho da qual é integrante e participa ou pela entidade representativa da categoria a qual pertença.

§ 2º Não havendo entidade representativa prevista no inciso III deste artigo, deverá a interessada justificar a falta da comprovação através de documento assinado pelos Presidentes da Diretoria, do Conselho Deliberativo e Fiscal da entidade.

Ressalte-se que os referidos requisitos restaram efetivamente cumpridos, quando do protocolo do Projeto de Lei.

A partir disto, esta relatoria, depois de debate realizado, oferta o presente voto favorável ao prosseguimento do Projeto n. 56/2018.


Vereador Sergio Hanich
Relator

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acompanha por unanimidade o voto de Eminent Relator, que passa a constituir este parecer, determinando o prosseguimento do Projeto de Lei, para análise e votação no plenário.

Novo Hamburgo, 23 de julho de 2018.


Vereadora Patricia Beck
Presidente


Vereador Cristiano Coller
Secretário